

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO



**RESOLUÇÃO DE
QUESTÕES DA FGV**

PARTE 2

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



Raphael
Spyere
Concursos Públicos





Resolução de questões – FGV:

- Revisando a aula passada...

21. (FGV/TCE PE/2025) A Administração Pública brasileira organiza-se por meio de entidades da administração direta e indireta, conforme as competências previstas na Constituição e em leis específicas. Com base nessa organização, identifique a afirmativa correta acerca das características e da natureza jurídica das entidades da administração indireta.

~~A) As fundações públicas de direito privado exercem função de comando hierárquico sobre autarquias e empresas públicas.~~ ADI 191/DF. ~~X~~ ~~X~~

~~B) As fundações públicas são entidades privadas com fins lucrativos, instituídas por particulares e reconhecidas pelo Estado como de utilidade pública.~~ Rúbrica DL 200/67, Art. 5, IV

C) As fundações públicas de direito privado são instituídas por autorização legislativa, adquirem personalidade jurídica com o registro em cartório e não se submetem às regras do Código Civil sobre fundações privadas. Minist / Sec. ~ [vinculação] = tutela / controle finalístico

~~D) As fundações públicas estão subordinadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo.~~ X X

~~E) As sociedades de economia mista e empresas públicas, por exercerem atividade econômica, não integram a administração pública indireta.~~ DL 200/67, Art. 4, II [os serviços públicos]

adm. ~~Directa~~ = ~~Órgão~~ = ~~N. SA~~ P1's
DESCONCENTRAÇÃO

adm. ~~Indireta~~
A, FD, ED, SEM.

22. (FGV/TCE PE/2025) Ao cumprir o feixe de atribuições previstas no ordenamento jurídico, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, por meio de auditores de controle externo, procedeu à fiscalização da atuação da **Secretaria de Saúde do Município Alfa** e da **autarquia Mais Saúde**, no âmbito do Município Beta. Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a:

- ☒ A) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* não é proveniente da desconcentração, tampouco da descentralização administrativa.
- ☒ B) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da descentralização administrativa.
- ☒ C) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da desconcentração administrativa.
- ☒ D) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da desconcentração administrativa.
- ☒ E) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da descentralização administrativa.

DESCENTRALIZAÇÃO

23. (FGV/TCE PE/2025) José, Secretário do Município Alfa, no Estado de Pernambuco, tinha audiência marcada com auditores externos do Tribunal de Contas estadual. Ao conduzir o seu veículo automotor até o local da reunião, José, em excesso de velocidade, acabou por ser multado por um radar devidamente sinalizado e em funcionamento. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a multa de trânsito é uma manifestação do poder (de):

RE 633782/116. EP/SEM.

- ☒ A) disciplinar, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- ☒ B) hierárquico, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- ☒ C) disciplinar, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- ☒ D) polícia, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- ☒ E) polícia, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.



Resolução de questões – FGV:

- Atos Administrativos;
- Controle da Administração;
- Improbidade.

CF, Art 71, III + DE 636553/15: ~~tomada~~ inicial de aposentadoria = ato complexo.

24. (FGV/TCE PE/2025) Após a observância das formalidades legais, João, servidor público do Estado de Pernambuco, aposentou-se, com a edição de ato administrativo, precedido das manifestações da entidade administrativa e do Tribunal de Contas estadual. Por sua vez, Matheus viajou para Buenos Aires/Argentina, após a edição, pela autoridade competente, de ato administrativo que lhe concedeu férias. Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a:

- A) aposentadoria de João se materializou por meio de um ato administrativo complexo. Por sua vez, as férias de Matheus foram concedidas mediante um ato administrativo composto.
- B) aposentadoria de João se materializou por meio de um ato administrativo composto. Por sua vez, as férias de Matheus foram concedidas mediante um ato administrativo simples.
- ☒ C) aposentadoria de João se materializou por meio de um ato administrativo complexo. Por sua vez, as férias de Matheus foram concedidas mediante um ato administrativo simples. ✓
- D) aposentadoria de João e as férias de Matheus foram concedidas mediante atos administrativos compostos.
- E) aposentadoria de João e as férias de Matheus foram concedidas mediante atos administrativos simples.

25. (FGV/DPE RO/2025) Com base na legislação da Administração Pública, avalie se, nas situações a seguir, a motivação de ato administrativo é obrigatória: *L. 9784/99, art 50*

- I. Quando afetarem direitos. ✓ *I*
- II. Quando decidirem recursos administrativos. ✓ *IV*
- III. Quando declararem a *[*inexigibilidade*]* do processo licitatório. ✓ *V*

Está correto, o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- ☒ E) I, II e III.

[PATI]

26. (FGV/DPE RO/2025) João, proprietário de um pequeno restaurante, que funciona como a única fonte de renda de sua família, compareceu à sede da Defensoria Pública no Município Alfa, no interior do Estado de Rondônia, afirmando que agentes públicos compareceram ao local e o interditaram, em razão da inobservância de normas de higiene e salubridade, sem que existisse qualquer ordem judicial para tanto. Nesse contexto, Matheus, Defensor Público, lhe explicou que a Administração pode, de fato, **executar diretamente a sua vontade, independentemente da manifestação do Poder Judiciário**. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Defensor Público explicou a João o atributo da

- ☒ A) presunção absoluta de legitimidade do ato administrativo. = relativa (juris tantum)
- ☒ B) autoexecutoriedade do ato administrativo. = poder de polícia.
- ☒ C) imperatividade do ato administrativo.
- ☒ D) coercibilidade do ato administrativo. = (juris et de jure)
- ☒ E) exigibilidade do ato administrativo. = Meios [indiretos coercitivos]

poder de polícia.

27. (FGV/DPE RO/2025) Ao expedir uma certidão de quitação eleitoral para um cidadão que busca ingressar na Defensoria Pública, após aprovação em concurso público, o administrador público está praticando um ato administrativo do tipo

- ☒ A) normativo.
- ☒ B) ordinatório.
- ☒ C) enunciativo.
- ☒ D) negocial.
- ☒ E) punitivo.

2ª Parte - EXPRESSAS / EXPLÍCITAS

28. (FGV/Prefeitura de Cuiabá/2025) O ato administrativo refere-se a uma **categoria específica** de atos praticados no exercício da função administrativa. Uma característica própria do ato administrativo

~~A~~ é a de se tratar de uma manifestação implícita da vontade do Estado que não precisa ser exteriorizada.

B) é a de produzir efeitos jurídicos imediatos e está sempre sujeito a controle judicial. *OBJETO e similitude = FATO ADM. JURISDICÇÃO LEI / DIREITO*

~~C~~ é a de sujeitar-se apenas ao regime de direito privado, sem as prerrogativas do poder público.

~~D~~ é a de poder ser praticado apenas pelo Poder Executivo, excluindo os demais Poderes.

~~E~~ é a de não estar sujeito à lei, pois possui natureza autônoma.

DIR. PÚBLICO / RSA

Ato da administração
(Exemplo)

Ato ADM.

Ato Bilateral

Ato político

Ato de DIR. PRIVADO

= EXECUTORIEDADE

29. (FGV/TJ GO/2025) Após compreender o significado e o alcance do atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos e concluir que nem todas as medidas e sanções de polícia apresentam a mencionada peculiaridade, Yanka verificou que não é medida dotada de tal atributo

A) a internação compulsória de uma pessoa acometida de vírus grave e desconhecido, que coloque em risco a saúde e incolumidade da coletividade.

B) o embargo de uma obra que vem sendo realizada fora dos parâmetros relacionados às normas administrativas de segurança.

C) a demolição de uma casa construída em local em que há iminente risco de desabamento, ensejando perigo aos seus moradores e à coletividade.

D) a cobrança do valor pecuniário atinente à multa administrativa aplicada no regular exercício do poder de polícia.

E) a interdição de um estabelecimento empresarial, em decorrência de violação das normas de vigilância sanitária.

ADM. - [DECISÃO]

[JUDICIAL]

INTERNAÇÃO / EMBARGO /
APREENSAO / DEMOLICAO

Resp 1214294/PB - STJ
DEMOLICAO DE CASA HABITADA

30. (FGV/TJ RR/2024) Rafael, no exercício de suas atribuições como servidor público no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, foi questionado sobre quais elementos do ato administrativo podem ser discricionários. Nesse contexto, ele indicou corretamente os seguintes elementos:

- A) competência e objeto.
- B) motivo e finalidade.
- C) forma e competência.
- ☒ D) motivo e objeto.
- E) finalidade e forma.

Motivo
com

{ Motivo
+
objeto/contéudo.

31. (FGV/EBSERH/2024) Os atos administrativos devem obedecer a regras específicas para garantir sua validade, caso contrário, podem apresentar vícios que os tornam passíveis de invalidação. No entanto, dependendo do elemento afetado pelo vício, é possível sua correção. Nesse sentido, com base no arcabouço legal, é possível sanar o vício

A) de forma, desde que realizado por algum Chefe de Poder.

B) de competência desde que não seja exclusiva de uma autoridade.

C) de motivo, desde que o ato não prejudique terceiros.

D) de objeto, desde não seja vedado expressamente por lei.

E) de finalidade, desde que não se trate de abuso de poder.

sanável.

anular.

invalidados

anuláveis

CO

FO

≠
nulos

CO - FI - FO - M - OB

di qto qto
at 55

ART 11, IV: AP

ESTADO/SOCIEDADE = ART 23, LAI.

32. (FGV/TCE PE/2025) Ricardo, agente público no Estado de Pernambuco, agindo com dolo, negou publicidade aos atos oficiais, muito embora inexistisse razão legal para o sigilo. Ao tomar ciência de que a conduta perpetrada era objeto de investigação pelas autoridades competentes, Ricardo procurou o auxílio de um advogado, demonstrando interesse na celebração de um acordo de não persecução civil. Registre-se, por fim, que, por força da ação de Ricardo, que obteve vantagem ilícita, houve dano ao erário. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que ART 14-B ANPC.

- ☒ A) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, desde que dele advenha, alternativamente, o ressarcimento de, pelo menos, metade do dano ou a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- ☒ B) poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, desde que dele advenham o ressarcimento, ao menos, de metade do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- ☒ C) podrá ser celebrado acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- ☒ D) não poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, já que se está diante da prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- ☒ E) não poderá ser celebrado acordo de não persecução civil, já que se está diante da prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Art 10, XI: (LE)

33. (FGV/TCE PE/2025) Durante a construção de um novo hospital público, Caio, servidor no Município Alfa, Estado de Pernambuco, liberou, dolosamente, verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, dando azo à lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Registre-se que os fatos chegaram ao conhecimento do Tribunal de Contas estadual. De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

I. Caio responderá pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

II. Em caso de condenação, Caio perderá a função pública, terá a suspensão dos direitos políticos por até catorze anos, pagará multa civil equivalente ao valor do dano e estará sujeito à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos. Art 12, II

III. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em detrimento de Caio prescreve em quatro anos, contados a partir da ocorrência do fato. Art 23.

8

34

Está correto o que se afirma em:

- ☒ A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

[Promotor de Justiça]

Arts 22 e 23

34. (FGV/MPE RJ/2025) O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro deflagrou inquérito civil para apurar suposto ato doloso de improbidade administrativa que teria sido praticado por João, servidor público estável no Município de Nova Iguaçu. Em síntese, João teria, em julho de 2024, permitido que Matheus, comerciante local, usasse, em obra particular, veículos e materiais pertencentes à municipalidade, além de terceiros contratados pelo Poder Público. Registre-se que o prejuízo suportado pelo erário ficou em torno de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Durante as investigações, Caio, Promotor de Justiça, descobriu que João dispõe de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) depositados na caderneta de poupança além de ser proprietário de um veículo automotor importado, blindado, avaliado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Sendo assim, o Promotor de Justiça competente requereu, em juízo, a decretação da indisponibilidade dos bens de João. Nesse cenário, considerando as disposições expressas da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o valor da indisponibilidade recairá sobre os bens que assegurarem

multa = prejuízo.

Art 10, II. LE

Art 16 = indisponibilidade

- §§ 11

- §§ 13 e 14

PROBABILIDADE ✓

RISCO DE DANO OU
RISCO AO RESULTADO ÚTIL. ✓

- A) o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, no caso, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo certo que a ordem de indisponibilidade recairá sobre o veículo de João ou sobre os valores por ele depositados na caderneta de poupança, a critério do Juízo competente, em decisão fundamentada.
- B) o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, no caso, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar os valores depositados por João na caderneta de poupança.
- C) o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, no caso, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar o veículo de João.
- D) exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, no caso, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar os valores depositados por João na caderneta de poupança.
- E) exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, no caso, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar o veículo de João.

35. (FGV/TJ ES/2025) Hugo, José e Luiz são agentes públicos que, no exercício de suas atribuições, praticaram as condutas a seguir.

☒ Hugo, dolosamente, exerceu atividade de consultoria para pessoa jurídica que tinha interesse suscetível de ser atingido por ação decorrente de suas atribuições. Art 9º, VIII. E I

☒ José, culposamente, revelou fato de que tinha conhecimento em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.

☒ Luiz, dolosamente, deixou de prestar contas quando estava obrigado a fazê-lo, em situação em que dispunha de condições para tanto, com vistas a ocultar irregularidades. Art 11, VI

Considerando cada uma das situações descritas, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é(são) passível(is) de caracterizar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública a(s) conduta(s) praticada(s) por:

- A) Luiz;
- B) Hugo;
- C) José e Hugo;
- D) Luiz e Hugo;
- E) Hugo, José e Luiz.

Art 12, III.

multa.
proibições

• perda da função
• suspensão política

36. (FGV/TJ CE 2025) No que se refere à indisponibilidade de bens do réu, no âmbito da ação de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- A) não há previsão, na lei em vigor, para a decretação da medida. *Art 16, § 3º = 5 dias.*
- B) a medida pode ser decretada sem a prévia oitiva da parte demandada. *Art 16, § 4º*
- C) a medida não pode ter por objeto um bem de família, em qualquer hipótese. *§ 14, Art 16.*
- D) a medida não pode ter por objeto a quantia de até 60 salários mínimos depositada em conta-corrente. *40 § 13, Art 16.*
- E) a decisão que defere a medida é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, não o sendo a que a indefere. *§ 9º, Art 16*

37. (FGV/ SEPLAN SE/2025) Lucas, integrante do Poder Executivo do Estado de Sergipe, ministrou palestra aos novos servidores públicos do referido ente federativo, os quais exercerão suas funções na Secretaria de Estado da assistência social, inclusão e cidadania, abordando, dentre outras temáticas, a questão afeta à moralidade administrativa. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. *Art 1º*

() Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Art 1º*

~~()~~ O exercício da função ou desempenho de competências públicas, com a comprovação de conduta dolosa ou culposa, dá ensejo à caracterização de ato de improbidade administrativa. As afirmativas são, respectivamente, *Art 1º, § 2º* dolo específico

~~A) F - V - F.~~

~~B) V - F - V.~~

~~C) F - F - V.~~

D) V - V - F.

E) V - V - V.

38. (FGV/DPE PE 2025) Em março de 2024, João, agente público no Município Alfa, agindo com dolo, frustrou a licitude de processo seletivo implementado para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, acarretando perda patrimonial efetiva e gerando lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Em assim sendo, o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa em detrimento do referido servidor, sendo certo que o Juízo competente, além de receber a petição inicial, decretou a indisponibilidade dos bens do réu. Preocupado, João procurou a Defensoria Pública, sustentando, inclusive, que o seu único imóvel residencial, doado, dez anos antes, pelo seu pai, foi tornado indisponível. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João será responsabilizado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que

* ART 10, VIII - LE.

* ART 16, § 14.

- ☒ A) atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.
- ☒ B) importa enriquecimento ilícito, sendo certo que a medida de indisponibilidade não pode recair sobre o bem de família.
- ☒ C) causa prejuízo ao erário, sendo certo que a medida de indisponibilidade não pode recair sobre o bem de família.
- ☒ D) causa prejuízo ao erário, sendo certo que a medida de indisponibilidade ~~pode~~ recair sobre o bem de família.
- ☒ E) importa enriquecimento ilícito, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.

Art 2º

39. (FGV/ SEFAZ PR/2025) Em fevereiro de 2025, Matheus, que exerce função pública no âmbito do Estado Alfa, em razão de contratação temporária, agindo com culpa, de forma negligente, revelou à terceira pessoa, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida econômica capaz de afetar o preço de determinadas mercadorias, em especial alimentos perecíveis. Ao tomar conhecimento dos fatos, João, representante do Ministério Público, passou a estudar as medidas que podem ser adotadas em detrimento de Matheus. Em relação ao cenário descrito, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Matheus

- A) não responderá por ato de improbidade administrativa, já que não é considerado agente público para os fins de responsabilização pela legislação de regência.
- B) responderá por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- C) não responderá por ato de improbidade administrativa, já que não agiu com dolo, atuando de forma negligente.
- D) responderá por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- E) responderá por ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

B 40. (FGV/TJ ES/2025) Após formular o requerimento exigido, Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública indireta do Estado Alfa, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de contribuição. Em razão de uma desorganização interna, o ato de aposentação somente foi encaminhado três anos depois ao Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA), visando à análise de sua legalidade para fins de registro. No âmbito desse Tribunal, a análise se estendeu por pouco mais de cinco anos momento em que o setor técnico detectou irregularidades no cômputo do tempo de contribuição de Maria, o que inviabilizaria sua aposentadoria. À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

Limite temporal do controle
jurisdicional do TCE:

RE 636553/RS + SV 3

5 anos

~~Amendão
original~~

~~3 anos~~

~~T.C.E.~~

SV 3: 5/ contraditório
+ ampla defesa.
CF, Art 7 L, III

~~ESTABILIZA
SUGERON!
JUN 01/02~~
- CONFIANÇA
- BOA FÉ

- A) como se trata de análise inicial do ato de aposentadoria, o tempo decorrido não obsta a negativa de registro pelo TCEA;
- B) em razão do decurso de mais de cinco anos desde o ingresso do expediente no TCEA, o ato de aposentadoria se tornou imutável;
- C) as irregularidades podem ser reconhecidas, considerando que ainda não transcorreu o lapso de dez anos desde a expedição do ato de aposentadoria;
- D) após o decurso de cinco anos, a contar da concessão da aposentadoria de Maria, o ato se tornou imutável, ainda que o TCEA identifique irregularidade;
- E) o decurso de cinco anos, desde o ingresso do expediente no TCEA, exige que sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa para o reconhecimento de ilegalidade. ←

41. (FGV/Prefeitura de Vitória ES/2024) Analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato. *Simula 674 - STJ*
- II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais. *S. 346 (L 473-STF)*
- III. É possível a revogação de um ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. *✓*
- IV. *X* O controle de mérito do ato administrativo pode ser realizado pelo Poder Judiciário, desde que autorizado pela autoridade máxima do órgão que editou o referido ato. *X*

É correto o que está dito em:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III, apenas.**
- C) I e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

deu - Art 53, L. 9784/99.

42. (FGV/Prefeitura de Abreu Lima/2024) No exercício da autotutela (controle administrativo), é correto afirmar que a manifestação de vontade da Administração no sentido de extinguir determinado ato administrativo válido, por razões de conveniência e oportunidade da Administração, para fins de melhor atender ao interesse público, é designada de

- A) vinculação.
- B) anulação.
- C) revogação.**
- D) sublimação.
- E) caducidade.



**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

**Raphael
Spyere**
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*